

ESTADO DE SÃO PAULO *Rompendo* o statu quo

Auto Crítica

Sinal evidente de que a realidade política contrasta totalmente com o teor dos debates na Assembleia Nacional Constituinte, ou dos acordos negociados entre o presidente Sarney e os que lhe devotam tanta admiração a ponto de trocar votos por cargos, é a proposta do sr. Mário Amato para que se faça plebiscito com o objetivo de saber se o povo quer eleições diretas-já, em todos os níveis, ou aceita passivamente o que for decidido nos conciliábulos de Brasília. Quando o presidente de um Grêmio sindical do porte da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo suscita questão dessa magnitude, dispondo-se a levá-la à discussão do Fórum Informal dos Empresários, é porque a defasagem entre as instituições e a sociedade tornou-se insuportável. Se o sr. Mário Amato faz proposta desse teor — que rompe com os cânones jurídicos estabelecidos no instante em que se convocou a Assembleia Nacional Constituinte — é porque sente que o humor popular não suporta mais a indefinição, o equívoco, as negociações espúrias e a transformação do governo brasileiro em uma ação entre amigos. O ilustre empresário, cujas origens lhe permitem sentir melhor do que outros o que o homem do povo pensa (superiorizando ou não esse pensamento), desempenha neste preciso momento a função de termômetro correto da crise institucional. Na verdade, ao pregar o plebiscito, o presi-

dente da Fiesp se faz intérprete do sentimento popular contra o statu quo institucional. Esse fato é tão grave quanto as advertências que os senadores Richa e Passarinho vêm fazendo a respeito da ruptura institucional. Sobre ele se deve meditar.

Enquanto os políticos se comportam como avestruzes e insistem em tratar a questão das eleições diretas-já como de menor importância, os empresários e algumas lideranças dos partidos menores sentem a dramaticidade e a gravidade da situação. É por isso, sem dúvida, que o sr. Mário Amato assume os riscos de sua iniciativa; da mesma maneira que é por sentir que apenas pela realização das eleições gerais será possível devolver ao povo o estímulo para lutar por uma sociedade organizada em função de valores morais sólidos, que o presidente da UDR, sr. Ronaldo Catação, pretende mobilizar os agricultores para que se engajem de corpo e alma na campanha das diretas-já, em todos os níveis.

Quando se observa a realidade com olhos diversos daqueles usados pelos que vivem em Brasília, sente-se que as eleições configuram a única saída possível para a crise. O senador Richa fala na necessidade de se adotarem medidas heróicas; o senador Passarinho ilustra seu pessimismo com a imagem dos canhões que chegaram ao ponto de ruptura pelas pressões internas; o presidente da

Fiesp propõe a realização do plebiscito e o líder da UDR insiste nas eleições. Isso para não falar nos deputados Afif Domingos e Luís Ignácio Lula da Silva, que batem na tecla das eleições diretas-já para a Presidência.

Na verdade, todos diagnosticam o mesmo mal: a sociedade brasileira está enferma porque não acredita mais nos políticos que a dirigem — não acredita na capacidade de eles equacionarem os problemas e na sua vontade de fazê-lo; não acredita, igualmente, que os políticos sejam movidos em suas ações pela idéia do bem comum. Esse descrédito mostra que a classe política malograda em sua missão de fazer que do regime autoritário se passasse para o Estado de Direito. Esse malogro, associado ao ceticismo que cerca os homens públicos, refletiu-se sobre as instituições e ameaça levá-las de roldão na primeira crise séria que houver. Para esse fato, empresários e poucas lideranças políticas estão atentos; a maioria de senadores e deputados cuidam ou de seus interesses pessoais e mesquinhos, ou de salvar sua posição nos partidos em que se metem para ganhar eleições, ou de conseguir empregos para seus apaniguados. Não vêm os sinais pressagiosos que dia e dia surgem de todos os setores da vida social. Não são capazes de perceber que apenas a abertura da política a todos os brasileiros, pela via das eleições gerais, seria ca-

paz de restabelecer a confiança popular nas instituições. Talvez percebam e até saibam qual o caminho correto a seguir, mas não querem abri-lo, pois fazê-lo seria deixar de lado os mandatos, as mordomias, as vantagens advindas daquilo que um conspícuo membro da classe política chamou de o "reino dos céus". Por esse apego individualista a suas posições, fecham os caminhos à renovação e ao renascimento da esperança.

A responsabilidade do sr. Mário Amato e dos empresários que formam com ele no Fórum Informal é enorme. Ao pregar a idéia do plebiscito, o presidente da Fiesp está rompendo, de maneira pacífica e ordeira, a ordem constitucional tal qual montada pelos que defendem a qualquer preço, até o da moralidade, o statu quo. Da mesma maneira que a campanha pelas diretas-já, aquela em favor do plebiscito não pode ficar apenas nas palavras. Deve ganhar as ruas e fazer que os constituintes se convençam de que o renascimento da esperança e a reestruturação da sociedade em torno de valores morais sólidos passam ou pelo plebiscito ou pelas eleições gerais imediatamente, em todos os níveis.

O risco de não atender ao reclamo popular, ainda surdo, é que quando o Congresso Nacional quiser acompanhar o povo, talvez seja tarde demais e as instituições estejam ultrapassadas.